

Sumário

PARTE I – DIREITO PENAL.....	21
■ PARTE GERAL	23
1. CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME	23
1.1. Infração Penal.....	23
1.2. Conceito analítico de crime (ou estratificado de crime):.....	23
1.2.1. Tipicidade	25
1.2.1.1. Conduta	27
1.2.2. Illicitude.....	31
1.2.3. Culpabilidade.....	33
1.2.3.1. Inimputáveis.....	34
1.2.3.2. Erro de Proibição Inevitável	37
1.2.3.3. Inexigibilidade de conduta diversa.....	37
1.3. Discriminantes Putativas	39
2. PUNIBILIDADE.....	41
2.1. <i>Abolitio Criminis</i>	42
2.2. Perdão Soberano	42
2.3. Prescrição.....	43
3. SANÇÃO PENAL.....	52
3.1. Espécies de Penas.....	53
3.1.1. Penas restritivas de direitos	55
3.2. Dosimetria da Pena.....	58
3.3. Medida de Segurança	64
3.3.1. Prazo.....	64
4. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	65
4.1. Aplicação da Lei Penal no Tempo	65
4.2. Aplicação da Lei Penal no Espaço.....	68
5. CONCURSO DE PESSOAS.....	75
5.1. Modalidades.....	75
5.2. Requisitos	75
5.3. Participação de menor importância / participação de somenos.....	77
5.4. Cooperação dolosamente distinta	77
5.5. Circunstâncias incomunicáveis.....	80
5.6. Casos de Impunibilidade	81
6. CONCURSO DE CRIMES	82
6.1. Modalidades.....	82
6.1.1. Crime Continuado	83

6.1.2. Concurso Material	84
6.1.3. Concurso Formal.....	84
6.2. Penas de Multa no Concurso de Crimes.....	86
7. MODALIDADES DE ERRO.....	87
7.1. Modalidades de Erro Acidental.....	88
8. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA.....	89
8.1. Condições durante o período de prova.....	91
8.2. <i>Sursis</i> Especial.....	91
8.3. Causas de Revogação do <i>Sursis</i>	92
8.4. Prorrogação do período de prova	93
8.5. Cumprimento das condições	93
9. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	96
9.1. Requisitos do artigo 83 do Código Penal.....	97
9.2. Soma das Penas.....	101
9.3. Especificações das condições.....	101
9.4. Revogação do livramento condicional	102
9.5. Efeitos da revogação	102
10. PROGRESSÃO DE REGIME	106
10.1. Requisitos para progressão de regime	107
■ PARTE ESPECIAL	117
11. DOS CRIMES CONTRA A VIDA.....	117
11.1. Homicídio.....	117
11.1.1. Homicídio Doloso	119
11.1.1.1. Homicídio Simples.....	122
11.1.1.2. Homicídio Privilegiado.....	123
11.1.1.3. Homicídio Qualificado	124
11.1.1.4. Homicídio Majorado - Causas de aumento de pena.....	129
11.2. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e à automutilação.....	131
11.3. Infanticídio.....	135
11.4. Aborto	138
12. LESÃO CORPORAL	141
12.1. Espécies de lesão corporal.....	141
12.2. Lesão Corporal no âmbito doméstico	145
12.3. Lesão Corporal Funcional.....	146
12.4. Pontos importantes.....	147
12.5. Enunciados importantes	149
13. CRIMES CONTRA A HONRA.....	150
13.1. Calúnia	152
13.2. Difamação.....	152
13.3. Injúria.....	152
13.4. Diferença entre injúria preconceituosa e crime de preconceito.....	153
13.5. Causas de aumento da pena.....	157
13.6. Exclusão de crime e outras disposições importantes	157

14. CRIMES PATRIMONIAIS	159
14.1. Furto.....	159
14.2. Modalidades de furto	160
14.3. Diferença entre furto e estelionato.....	162
14.4. Diferença entre furto e apropriação indébita	164
14.5. Novidades Legislativas.....	165
14.6. Roubo	166
14.7. Diferença entre roubo e extorsão	170
14.8. Receptação	172
14.9. Imunidades nos crimes patrimoniais.....	176
14.10. Enunciados Importantes.....	177
15. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	178
15.1. Crime de Estupro.....	178
15.2. Importunação ofensiva ao pudor.....	179
15.3. Diferença entre estupro e estupro de vulnerável.....	179
15.4. Distinção entre estupro e violação sexual mediante fraude	180
15.5. Outros pontos de destaque.....	181
15.6. Ação Penal nos Crimes Sexuais	186
16. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	187
17. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	192
18. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	197
18.1. Crime de Peculato.....	198
18.2. Concussão, corrupção passiva, corrupção ativa e prevaricação	201
18.3. Crimes contra a administração pública praticados por particulares.....	204
18.4. Dos crimes em licitações e contratos administrativos.....	208
19. DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	210
PARTE II – DIREITO PROCESSUAL PENAL	215
■ PROCESSUAL PENAL	217
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	217
1.1. Aplicação da lei processual penal no espaço	217
1.2. Lei processual penal no tempo.....	221
1.3. Imunidades (aplicação da lei processual quanto às pessoas)	228
1.4. Interpretação da Norma Processual Penal.....	229
1.5. Fontes do Direito Processual Penal	229
2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS.....	229
2.1. Inércia (<i>Ne procedat iudex ex officio</i>) (art. 129, I, CRFB/88).....	230
2.2. <i>Favor rei</i> ou <i>Favor libertatis</i>	231
2.3. <i>In dubio pro reo</i> (art. 386, VII, CPP).....	233
2.4. Devido processo legal (“due process of law”) (art. 5.º, LIV, CRFB/88).....	233
2.5. Juiz natural (art. 5.º XXXVII e LIII, CRFB/88)	233
2.5.1. O Desaforamento e sua compatibilidade com o Juiz Natural	234
2.5.2. Sobre o Juiz de Garantias: arts. 3º-B a 3º-F do CPP	236

2.6. Promotor natural.....	244
2.7. Ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88).....	245
2.7.1. Acerca da Citação	247
2.7.2. Silêncio do réu (arts. 186 e 198 do CPP e art. 50, inc. LXIII, da CRFB/88)	252
2.7.3. Interrogatório.....	254
2.7.4. Confissão	259
2.8. Contraditório (art. 5º, LV, CRFB/88).....	259
2.9. Presunção de inocência (art. 5º, LVII, CRFB/88)	260
2.10. Verdade real (art. 156, CPP).....	262
2.11. Liberdade dos meios de prova.....	263
2.12. Inadmissibilidade da prova ilícita (art. 5º, LVI, CRFB/88)	264
2.13. Livre convencimento motivado ou persuasão racional (artigos 5º, LX, e 93, IX, da CRFB/88)	267
2.14. Publicidade (artigos 5º, LX, e 93, IX, da CRFB/88)	268
2.15. Identidade física do juiz.....	268
2.16. Duração Razoável do Processo.....	269
3. INQUÉRITO POLICIAL	271
3.1. Funções do Estado e a atividade de investigação	271
3.2. <i>Persecutio criminis</i> e Polícia Judiciária.....	271
3.2.1. Outros mecanismos de investigação	273
3.2.2. A investigação direta pelo Ministério Público.....	276
3.3. Natureza Jurídica do Inquérito Policial	278
3.4. Conceito de Inquérito Policial	279
3.5. Finalidade e objeto do Inquérito Policial	279
3.6. Destinatário do Inquérito Policial	280
3.7. Dispensabilidade e valor do Inquérito Policial.....	281
3.8. Vícios no Inquérito Policial e ausência de nulidade	282
3.9. Características do Inquérito Policial.....	283
3.9.1. Inquisitivo ou inquisitório	283
3.9.2. Discricionário	288
3.9.3. Dispensável.....	289
3.9.4. Sistemático.....	289
3.9.5. Unidirecional.....	289
3.9.6. Escrito	290
3.9.7. Sigiloso	290
3.9.8. Indisponível	291
3.10. Instauração do Inquérito Policial.....	291
3.11. Oficialidade, ofciosidade e procedimento investigatório	295
3.12. Indiciamento e garantias do indiciado.....	296
3.13. Incomunicabilidade do preso.....	298
3.14. Prazo do Inquérito	298
3.15. Arquivamento e desarquivamento do Inquérito.....	298
3.15.1. Arquivamento do inquérito sob a antiga redação do art. 28 do CPP	298
3.15.2. Arquivamento do inquérito conforme o Pacote Anticrime.....	301

3.15.3. Da possibilidade de desarquivamento do inquérito policial	303
3.15.4. Arquivamento Implícito.....	304
4. AÇÃO PENAL.....	306
4.1. Ação, Pretensão, Jurisdição e Processo. Ações penais não condenatórias e condenatórias.....	306
4.2. Da legitimidade para a ação penal condenatória.....	307
4.3. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	309
4.4. Diferenças entre as Ações Penais Pública e Privada: princípios regentes	311
4.4.1. Princípio da Oficialidade.....	312
4.4.2. Princípio da Obrigatoriedade.....	312
4.4.3. Princípio da Oportunidade ou Conveniência.....	313
4.4.4. Princípio da Indisponibilidade.....	313
4.4.5. Princípio da Disponibilidade	317
4.4.6. Princípio da Indivisibilidade na ação penal privada	319
4.4.7. Indivisibilidade na ação penal pública	322
4.4.8. Intranscendência	322
4.5. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	322
4.6. Natureza jurídica da representação e da requisição nos crimes de ação penal pública condicionada	323
4.7. Ação penal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	325
4.8. As infrações praticadas contra crianças e adolescentes.....	330
4.9. Sobre a ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	331
4.10. O acordo de não persecução penal e a mitigação ao princípio da obrigatoriedade.....	331
4.10.1. Justiça penal consensual.....	333
4.10.2. Cabimento do acordo de não persecução penal	336
5. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	351
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	353
6.1. Conceito.....	353
6.2. Princípios	353
6.3. Jurisdição e Competência - distinções.....	353
6.4. Competência absoluta e relativa no Processo Penal	354
6.5. Classificação da Jurisdição (dos órgãos ou da função jurisdicional).....	354
6.6. Elementos da jurisdição	354
6.7. Competência no Processo Penal.....	354
6.7.1. Competência constitucional	354
6.7.2. Competência da Justiça Federal	357
6.7.3. Distribuição da Competência conforme as regras processuais penais.....	359
6.7.4. Competência pelo lugar da infração	360
6.7.5. Competência pelo domicílio do réu	365
6.7.6. Competência pela natureza da infração	365
6.7.7. Competência por distribuição	368
6.7.8. Conexão	368
6.7.9. Continência.....	369
6.7.10. Prevenção	369
6.7.11. Prerrogativa de função.....	370
6.7.12. Foro e Juízo Prevalente	381

6.8. Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual - Jurisprudência	382
6.9. Competência para crimes praticados pela rede mundial de computadores - Posicionamento dos Tribunais	401
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	410
7.1. Conceito	410
7.2. Diferença entre questões prejudiciais e questões preliminares	410
7.3. Prejudiciais homogêneas e heterogêneas, de suspensão obrigatória e facultativa	411
7.4. Das exceções	411
7.5. Das medidas assecuratórias	412
8. TEORIA GERAL DA PROVA.....	412
8.1. Conceito e natureza jurídica da prova	412
8.2. Destinatários da prova	413
8.3. Objeto da prova e objeto de prova	413
8.4. Meios de prova	414
8.5. Ônus da prova e iniciativa do juiz.....	414
8.6. Princípios que regem as provas no processo penal	415
8.6.1. Verdade real.....	415
8.6.2. Liberdade dos meios de prova e livre convencimento motivado ou persuasão racional	415
8.6.3. Inadmissibilidade da prova ilícita	416
8.6.4. Publicidade	416
8.6.5. Comunhão ou aquisição da prova	416
8.6.6. Autorresponsabilidade das partes	416
8.6.7. Audiência contraditória.....	416
8.6.8. Oralidade e concentração	416
8.7. Procedimento Probatório	416
8.8. Prova emprestada e o princípio do contraditório.....	416
9. PROVAS EM ESPÉCIE.....	417
9.1. A cadeia de custódia da prova penal.....	417
9.2. Exame de corpo delicto e outras perícias (arts. 158 a 184 do CPP)	425
9.2.1. Corpo de delicto direto e indireto	425
9.2.2. Indispensabilidade do exame, prova legal e nulidade	426
9.2.3. Peritos oficiais e não oficiais. Número de peritos.....	426
9.2.4. Laudo e vinculação ao laudo.....	426
9.2.5. Momento para realização de exame	426
9.2.6. Perícias desnecessárias.....	427
9.3. Interrogatório (artigo 185 e ss do CPP).....	427
9.3.1. Natureza jurídica do interrogatório	427
9.3.2. Necessidade de interrogatório	427
9.3.3. Silêncio do réu (arts. 186 e 198 do CPP e art. 50, inc. LXIII, da CRFB/88)	428
9.3.4. Impossibilidade de condução coercitiva do acusado	429
9.3.5. Novo interrogatório.....	430
9.3.6. Interrogatório por videoconferência e outros meios eletrônicos.....	430
9.3.7. Chamada de corréu ou delação	431

9.4. Confissão.....	433
9.5. Do ofendido.....	433
9.6. Prova testemunhal	434
9.7. Reconhecimento de pessoas.....	436
9.8. Acareação	439
9.9. Documentos.....	440
9.10. Indícios.....	440
9.11. Busca e Apreensão.....	440
9.12 A interceptação telefônica (Lei 9.296/96).....	442
9.12.1. Conceito e outras considerações importantes.....	443
9.12.2. Glossário: expressões relevantes	444
9.12.3. A Lei 9.296/96 e os requisitos para a interceptação telefônica	448
10. SUJEITOS PROCESSUAIS	453
10.1. Do Juiz.....	454
10.2. Das Partes.....	454
10.2.1. Do Ministério Público	454
10.2.2. Do Réu e seu Defensor	454
10.3. Do Assistente de Acusação.....	455
10.4. Dos Serventuários da justiça, dos Peritos e dos Intérpretes.....	457
10.5. Impedimento e Suspeição	457
11. PRISÃO CAUTELAR	458
11.1. Conceito	458
11.2. Características.....	460
11.3. Requisitos.....	460
11.4. Espécies de Prisão Cautelar	461
11.5. Prisão em Flagrante	463
11.5.1. Flagrante facultativo e coercitivo	463
11.5.2. Flagrante próprio, impróprio e presumido	464
11.5.3. Flagrante forjado, esperado, preparado ou provocado, retardado ou diferido	464
11.5.4. Etapas e formalidades do flagrante.....	466
11.6. Prisão Preventiva	468
11.7. Prisão Temporária.....	475
11.8. Sobre a suposta "prisão domiciliar"	478
12. MEDIDAS DE CONTRACAUTELA PRISIONAIS	481
13. PROCEDIMENTOS	483
13.1. Rito Ordinário (artigos 394 a 405 do CPP).....	484
13.2. Rito Sumário (artigos 531 a 538 do CPP)	485
13.3. Procedimento dos Crimes Dolosos contra a Vida (artigos 406 a 497 do CPP)	486
13.3.1. A plenitude de defesa	487
13.3.2. O sigilo das votações	487
13.3.3. A Soberania dos Veredictos.....	488
13.3.4. A Competência para o Julgamento dos Crimes Dolosos contra a Vida	488
13.3.5. A decisão de pronúncia	489
13.3.6. A decisão de impronúncia.....	489

13.3.7. A decisão de absolvição sumária	490
13.3.8. A decisão de desclassificação	490
13.3.9. Do Desaforamento	491
13.3.10. A segunda fase do Júri: <i>judicium causae</i> ou juízo de mérito.....	491
13.4. Procedimento da Lei de Tóxicos (Lei nº. 11.343/2006).....	497
13.5. Procedimento de crimes de responsabilidade dos servidores públicos.....	498
13.6. Procedimento dos crimes contra a honra	501
14. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	501
14.1. Espécies de citação real ou pessoal	502
14.2. Espécies de citação ficta ou presumida	502
14.3. Intimação e Notificação: diferenças.....	505
15. SENTENÇA	505
15.1. Classificação das decisões no Processo Penal.....	505
15.2. Requisitos ou partes da sentença	507
15.3. Sentença vazia, sentença suicida e sentença autofágica	509
15.4. Correlação entre a acusação e sentença: a <i>Mutatio</i> e a <i>Emendatio Libelli</i>	509
15.4.1. <i>Emendatio Libelli</i>	510
15.4.2. <i>Mutatio Libelli</i>	513
16. NULIDADES.....	515
16.1. Atos inexistentes, nulos e anuláveis.....	515
16.2. Atos nulos e anuláveis: nulidade e anulabilidade	515
16.3. Sistema de nulidades adotado no Processo Penal brasileiro	517
16.4. Princípios aplicáveis às nulidades no Processo Penal	517
16.5. Nulidades absolutas e relativas.....	518
16.6. Nulidades em espécie.....	519
16.7. Remissionando artigos.....	522
17. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	524
17.1. Conceito e Natureza jurídica	524
17.2. Fontes normativas	525
17.3. Princípios.....	525
17.3.1. Taxatividade	525
17.3.2. Unirrecorribilidade	525
17.3.3. Fungibilidade.....	525
17.3.4. Voluntariedade (Disponibilidade - ?).....	526
17.3.5. Personalidade.....	527
17.3.6. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i>	527
17.3.7. Dialeticidade.....	529
17.4. Pressupostos dos recursos	529
17.4.1. Pressupostos fundamentais	529
17.4.2. Pressupostos objetivos	529
17.4.3. Pressupostos subjetivos	530
17.5. Efeitos dos recursos.....	531
17.6. Extinção anormal dos recursos	531
17.7. Classificação.....	531

17.7.1. Recursos ordinários	531
17.7.2. Recursos constitucionais	532
17.7.3. Carta Testemunhável e Correição Parcial: considerações	532
17.8. Procedimento recursal	532
18. RECURSOS EM ESPÉCIE	532
18.1. Apelação	532
18.1.1. Cabimento	532
18.1.2. Apelação plena	532
18.1.3. Apelação supletiva ou residual	533
18.1.4. Apelação limitada	533
18.1.5. Apelação subsidiária	534
18.1.6. Forma e prazo de interposição	535
18.1.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> , <i>reformatio in pejus</i> indireta e <i>reformatio in melius</i>	535
18.1.8. <i>Reformatio in pejus</i> e soberania dos verdictos	537
18.1.9. Apelação nos juizados especiais criminais	539
18.2. Recurso em sentido estrito	539
18.2.1. Cabimento	539
18.2.2. Prazo (5 dias para interpor e 2 para razões e contrarrazões)	542
18.2.3. Juízo de retratação (em dois dias após razões e contrarrazões)	542
18.2.4. Da legitimidade	543
18.3. Do antigo Protesto por Novo Júri (revogado pela Lei 11.689/2011)	545
18.4. Agravo em Execução (art. 197 da LEP)	545
18.5. Embargos no processo penal	546
18.5.1. Embargos de declaração	546
18.5.2. Embargos infringentes e de nulidade: efeitos	546
18.5.3. Embargos de divergência: Cabimento; legitimidade; efeitos	547
18.5.4. Embargos infringentes nos processos de competência originária do STF (art. 333 do RISTF)	547
18.6. Carta testemunhável	548
18.7. Correição Parcial ou Reclamação	549
19. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	549
19.1. Introdução	549
19.2. O Rito Sumaríssimo	553
19.3. Institutos despenalizadores	555
19.3.1. Conciliação	555
19.3.2. Transação penal	556
19.3.3. Suspensão condicional do processo	558
19.3.4. Representação para lesões corporais leves e culposas	561
19.3.5. Da aplicação das medidas despenalizadoras às infrações de trânsito de menor potencial ofensivo	562
19.4. Dos recursos cabíveis em sede de Juizados Especiais Criminais	563
20. HABEAS CORPUS	563
21. REVISÃO CRIMINAL	568

PARTE III – PRÁTICA EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	571
1. DOS MOMENTOS PROCESSUAIS E PETIÇÕES CABÍVEIS	573
2. ESTRUTURA BÁSICA DE PEÇAS PROCESSUAIS.....	575
2.1. Petições Simples	576
2.2. Petições Dúpliques.....	576
2.3. Estrutura Básica das Petições Simples.....	577
2.4. Estrutura Básica dos Recursos.....	578
2.5. Ordem dos Argumentos em Sede de Preliminar	579
2.6. Expressões Jurídicas Comumente Utilizadas na Elaboração das Peças Prático-Profissionais	581
2.7. Passo a Passo Preliminar.....	581
2.8. Entendendo Prescrição.....	582
3. PEÇAS DE LIBERDADE	606
3.1. Primeiro passo: Identificando a peça cabível	606
3.1.1. Peças práticas aplicáveis a qualquer fase da persecução penal	606
3.1.2. Peças práticas que podem ser requeridas na fase pré-processual	606
3.1.3. Identificando a espécie de prisão.....	607
3.2. Relaxamento da prisão em flagrante.....	614
3.2.1. Cabimento.....	614
3.2.2. Ilegalidades Materiais do Flagrante	615
3.2.3. Ilegalidades Formais do Flagrante	624
3.3. Liberdade Provisória.....	638
3.3.1. Cabimento.....	638
3.3.2. Formas de se demonstrar a desnecessidade da manutenção da custódia cautelar..	639
3.3.3. Espécies de liberdade provisória após a Lei nº 12.403/11	648
3.3.4. Casos de decretação de prisão temporária ou de prisão preventiva	650
3.3.5. Questão Polêmica: é cabível pedido de liberdade provisória em crimes inafiançáveis?	651
3.3.6. Estrutura básica da liberdade provisória.....	657
3.3.7. Estrutura da liberdade provisória por excludente de ilicitude.....	658
3.3.8. Estrutura básica da liberdade provisória em crimes afiançáveis.....	659
3.3.9. Estrutura básica da liberdade provisória em crimes inafiançáveis	661
3.4. Revogação da preventiva e da temporária	662
3.4.1. Cabimento da revogação da preventiva.....	662
3.4.2. Cabimento da revogação da prisão temporária.....	662
3.4.3. Estrutura da revogação da preventiva.....	663
3.5. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	664
4. QUEIXA-CRIME	669
4.1. Introdução.....	669
4.2. Ação penal pública.....	669
4.2.1. Ação penal pública incondicionada	669
4.2.2. Ação penal pública condicionada	670
4.3. Ação penal privada	674
4.3.1. Queixa-crime.....	674
4.3.2. Modalidades de ação penal privada.....	675

4.4. Rol de crimes de ação penal privada e ação penal pública condicionada	678
4.4.1. Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	678
4.4.2. Crimes de ação penal privada na legislação extravagante	679
4.4.3. Crimes de ação penal pública condicionada do Código Penal.....	679
4.5. Observações importantes para o oferecimento da queixa-crime	683
4.5.1. Requisitos da queixa-crime.....	683
4.5.2. Prazo decadencial.....	683
4.5.3. Procuração com poderes especiais.....	683
4.5.4. A competência para o processo e julgamento	684
4.5.5. A legitimidade para o exercício do direito de queixa.....	685
4.5.6. O valor de reparação do dano de que trata o art. 387, inciso IV, do CPP.....	685
4.6. Estrutura da queixa-crime	686
4.7. Modelos de queixa-crime	692
4.7.1. Queixa oferecida pela própria vítima perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar	692
4.7.2. Queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar	693
4.7.3. Queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar.....	694
4.7.4. Queixa oferecida pela própria vítima perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar.....	695
4.7.5. Queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar	696
4.7.6. Queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar.....	697
4.7.7. Modelos de queixa oferecida pela própria vítima, perante a vara criminal	698
4.7.8. Modelos de queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante a vara criminal	699
4.7.9. Modelos de queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante a vara criminal.....	700
4.7.10. Modelos de queixa oferecida pela própria vítima, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra	701
4.7.11. Modelos de queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra	702
4.7.12. Modelos de queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra.....	703
4.7.13. Modelos de queixa na ação penal privada subsidiária da pública.....	704
4.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	707
5. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	708
5.1. Introdução.....	708
5.2. Momento Processual Adequado.....	712
5.3. Partes da resposta à acusação	713
5.3.1. Da apresentação dos fatos	714
5.3.2. Das preliminares	714
5.3.3. Do mérito.....	723
5.3.4. Dos pedidos.....	729
5.3.5. Demais requisitos da resposta à acusação	729
5.4. Resposta à acusação no rito do tribunal do júri	729
5.5. Resposta à acusação na legislação extravagante	730
5.6. Contagem do prazo para a apresentação da resposta	730

5.7. Estrutura da resposta à acusação.....	731
5.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	734
6. DEFESAS PRÉVIAS OU PRELIMINARES	735
6.1. Considerações iniciais.....	735
6.2. Procedimento nos crimes de responsabilidade de servidores públicos – art. 514 do CPP.....	736
6.3. Procedimento da lei de entorpecentes (Lei 11.343/2006).....	742
6.4. Ação Penal Originária – Lei 8.038/90.....	743
6.5. Estrutura das defesas preliminares.....	745
6.6. Mapas e gráficos	747
7. EXCEÇÕES	747
7.1. Sobre as exceções.....	747
7.2. Estrutura das Exceções	749
7.3. Mapas e gráficos	751
8. MEMORIAIS.....	751
8.1. Identificando o momento para apresentação dos memoriais ou alegações finais.....	751
8.2. Prazo dos memoriais	752
8.3. Fundamentação dos memoriais.....	752
8.4. Elaborando os memoriais.....	753
8.4.1. Sobre as preliminares nos memoriais	753
8.4.2. Sobre as teses de mérito nos memoriais	754
8.4.3. Dos pedidos.....	755
8.4.4. Memoriais no procedimento dos crimes dolosos contra a vida.....	757
8.5. Estrutura dos memoriais	760
8.6. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	770
9. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	772
9.1. Introdução.....	772
9.2. Hipóteses de cabimento do RESE.....	772
9.3. Fundamento legal	774
9.4. Prazo.....	774
9.5. Forma e endereçamento.....	774
9.6. Efeito regressivo/iterativo (juízo de retratação)	774
9.7. Elaborando o recurso em sentido estrito.....	775
9.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	779
10. APELAÇÃO	780
10.1. Hipóteses de cabimento da apelação	780
10.2. Apelação na legislação extravagante	782
10.3. Fundamento legal e prazo de interposição.....	783
10.4. Forma e endereçamento	783
10.5. Elaborando a apelação – regra geral.....	783
10.5.1. Sobre as preliminares na apelação	783
10.5.2. Sobre as teses de mérito na apelação	784
10.5.3. Dos pedidos	786
10.6. Apelação no júri.....	787
10.7. Estrutura da apelação	792
10.8. Mapas mentais e quadros sinóticos	803

11. AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	804
12. CONTRARRAZÕES RECURSAIS	811
12.1. Exemplos de modelos de Contrarrazões	812
13. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	819
13.1. Conceito, características e hipóteses de cabimento	819
13.1.1. Da decisão que denegar o recurso (art. 639, I, do CPP).....	819
13.1.2. Da que, admitindo embora o recurso, obstar à sua expedição e seguimento para o juízo <i>ad quem</i> (art. 639, II, do CPP)	819
13.2. Prazo	820
13.3. Endereçamento.....	820
13.4. Efeito regressivo (juízo de retratação)	821
13.5. Pedido	821
13.6. Estrutura e modelo da carta testemunhável.....	821
14. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	823
15. HABEAS CORPUS.....	825
15.1. Características.....	825
15.2. Conceito	826
15.3. Sujeitos.....	826
15.4. Hipóteses de cabimento.....	827
15.5. Requisitos da inicial	828
15.6. Competência.....	829
15.7. Endereçamento.....	830
15.8. Procedimento	831
15.9. Estrutura do <i>habeas corpus</i>	833
16. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL (ROC)	834
16.1. Cabimento e previsão legal.....	834
16.2. Procedimento	835
16.2.1. Prazo e procedimento do ROC contra decisão denegatória de <i>Habeas Corpus</i>	835
16.2.2. Prazo e procedimento do ROC nos crimes políticos	836
16.2.3. Endereçamento do ROC para o STF	836
16.2.4. Endereçamento do ROC para o STJ	836
16.2.5. Recurso contra decisão denegatória de <i>Habeas Corpus</i> proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral	837
16.3. Estrutura do ROC para o STF ou STJ – contra decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	837
16.4. Mapas mentais e quadros sinóticos	839
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	839
17.1. Introdução	839
17.2. Recurso Extraordinário	842
17.3. Recurso Extraordinário – Estrutura da Peça.....	843
17.4. Recurso Especial	846
17.5. Exemplo de Recurso Especial.....	846
18. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PROCESSO CRIMINAL.....	849
18.1. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	849
18.2. Agravo de instrumento contra medidas protetivas em violência doméstica contra a mulher	851

19. REVISÃO CRIMINAL	855
20. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	859
20.1. Conceito e características.....	859
20.2. Direito líquido e certo.....	860
20.3. Algumas hipóteses de mandado de segurança no processo penal.....	863
20.4. Estrutura do mandado de segurança	864
21. OUTROS EMBARGOS NO PROCESSO PENAL	865
21.1. Embargos de declaração	865
21.2. Modelo de embargos de declaração	866
21.3. Embargos de terceiro.....	867
22. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	868
PARTE IV – ÚLTIMOS EXAMES: PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS	875
PARTE V – ÚLTIMOS EXAMES: QUESTÕES	933
PARTE VI – SÚMULAS SELECIONADAS	1017
SÚMULAS VINCULANTES.....	1019
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1021
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1035
SÚMULAS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS POR ASSUNTO	1053